



***International Labour Office***  
***Bureau International du Travail***  
***Oficina Internacional del Trabajo***  
**Escritório de Brasília**

Tel.: 0xx-61-21064600

brasil@oitbrasil.org.br

**SUPLEMENTO – BRASIL**  
**RELATÓRIO GLOBAL - 2006**

**A eliminação do Trabalho Infantil: Um objetivo ao nosso alcance**

Este suplemento, preparado pelo Escritório da OIT em Brasília, oferece informações específicas sobre a situação nacional brasileira, complementares ao Relatório Global da OIT, que por limitações de cobertura de muitos países e restrições de tempo e espaço não foram refletidas de maneira detalhada .

Versão eletrônica no site da OIT: [www.oitbrasil.org.br](http://www.oitbrasil.org.br)

---

## Reflexões

### sobre o combate ao trabalho infantil

“Eu vivia humilhada, discriminada, como se eu estivesse pensando que nós crianças ...eramos só para trabalhar...,viver humilhada, eu perdi, perdi minha infância, dignidade...**catar ventos de liberdade** para mim,... significa que a gente não vai mais trabalhar, que a gente tem liberdade, tem educação, saúde, cultura, o direito de ir a escola, passear..., e não ficar trancada dentro de uma casa, trabalhando, sendo discriminada, maltratada...

Karla Roberta, 12 anos

“Porque sempre que você é um trabalhador, assim, você não faz o que você quer. Tem que ser na rédea do patrão, do jeito dele, do gosto dele. Desse jeito a gente se perde da gente e passa a viver só a vida deles”

Severino, 15 anos

“As crianças e adolescentes que estão no trabalho infantil, fazem isso porque precisam, porque seus pais não têm um **trabalho digno**. Se as famílias dessas crianças tivessem um salário que permitisse a elas sustentar seus filhos, essas crianças não precisariam trabalhar”

Débora, 15 anos

“ Eu mostrei o lado triste das crianças, no trabalho; e o lado feliz, que é brincar”

André, 8 anos

“Na observação fiel ao seu mandato, conferido pelos seus constituintes tripartites: trabalhadores, empregadores e governos desde o momento mesmo de seu nascimento na comunidade internacional em 1919, a OIT vem desenvolvendo estratégias de cooperação para que, por meio da implementação efetiva de suas convenções, o desenvolvimento humano e social seja proporcional ao desenvolvimento econômico, onde instituições fortes sejam sinônimos de cidadania.”

Laís Abramo  
Diretora do Escritório da OIT no Brasil  
Brasília, 4 de maio de 2006

## Sumário

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO</b>   | <b>4</b>  |
| <b>2. COMPORTAMENTO DO TRABALHO INFANTIL ENTRE 1992 E 2004</b>   | <b>5</b>  |
| 2.1 <i>A diminuição do trabalho infantil por sexo</i>  | 8         |
| 2.2 <i>A diminuição do trabalho infantil de acordo com a situação censitária</i>                             | 10        |
| 2.2.1 <i>A diminuição por região do país</i>   | 11        |
| 2.2.2 <i>A diminuição por estado</i>   | 13        |
| 2.3 <i>Algumas conseqüências do trabalho infantil no Brasil</i>  | 16        |
| 2.4 <i>Possíveis alternativas para enfrentar o trabalho infantil</i>   | 19        |
| 2.5 <i>O impacto da escola na eliminação do trabalho infantil</i>  | 21        |
| 2.6 <i>A presença materna no lar e o trabalho infantil</i>   | 21        |
| <b>3. ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DA OIT PARA A<br/>    ELIMINAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL.</b> | <b>23</b> |
| <b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>   | <b>24</b> |

## **1. INTRODUÇÃO**

Anualmente, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) apresenta seu Relatório Global como parte dos mecanismos de seguimento da Declaração da OIT relativa aos princípios e direitos fundamentais no trabalho. Cada relatório está dedicado a um dos temas que fazem parte dessa declaração: liberdade sindical e negociação coletiva, erradicação do trabalho infantil, erradicação do trabalho escravo e eliminação da discriminação. No ano de 2006, o tema do Relatório Global é prevenção e eliminação do trabalho infantil, em especial nas suas piores formas, sendo intitulado “A eliminação do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance”.

O Relatório Global 2006 chama especial atenção para os avanços mundiais obtidos nos últimos 4 anos. É um relatório cauteloso e otimista, que centra sua análise nas boas práticas que tornaram possível essa mudança, como uma estratégia de difundir e universalizar as estratégias de prevenção e eliminação do trabalho infantil.

Para ilustrar a eficiência e eficácia dessas boas práticas, são apresentados alguns exemplos bem sucedidos, entre eles os da República da Coreia, Malásia, Tailândia, China, Turquia, com destaque especial ao Brasil:

*“Os exemplos da Ásia e do Brasil reforçam a mensagem de que a redução da pobreza e a educação universal constituem requisitos importantes para que os países possam chegar ao ponto de transição na eliminação do trabalho infantil. Se o Brasil e a China podem fazer esta transição histórica, outros países também podem fazê-lo”<sup>1</sup>.*

O Brasil foi um dos primeiros países no mundo a abrigar o IPEC, em 1992 e, de forma responsável, logrou desenvolver em suas fronteiras uma rede dinâmica e ativa no combate ao trabalho infantil. Apesar de alguns grandes desafios que ainda existem, muitas iniciativas e atividades foram implementadas com visível impacto:

Como o Relatório Global reflete informações de todos os países abrangidos pelo IPEC, não é possível detalhar a situação específica de nenhum país, por esse motivo, julgou-se oportuno elaborar o presente Suplemento Nacional ao Relatório Global, de forma a particularizar os avanços realizados e os fatos que fundamentam o destaque conferido ao Brasil no Relatório Global, assim como os desafios que o País pode enfrentar para poder reduzir ainda mais o contingente de meninas, meninos e adolescentes que trabalham em condições comprometedoras de seus futuros, bem como, do futuro da economia e da sociedade brasileira.

Levando-se em conta a legislação brasileira que estabelece os padrões sobre o conceitos de criança, adolescente e admissão ao trabalho ou ao emprego, os dados

---

<sup>1</sup> A Eliminação do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance. Relatório Global 2006. Parágrafo 59, pg 17.

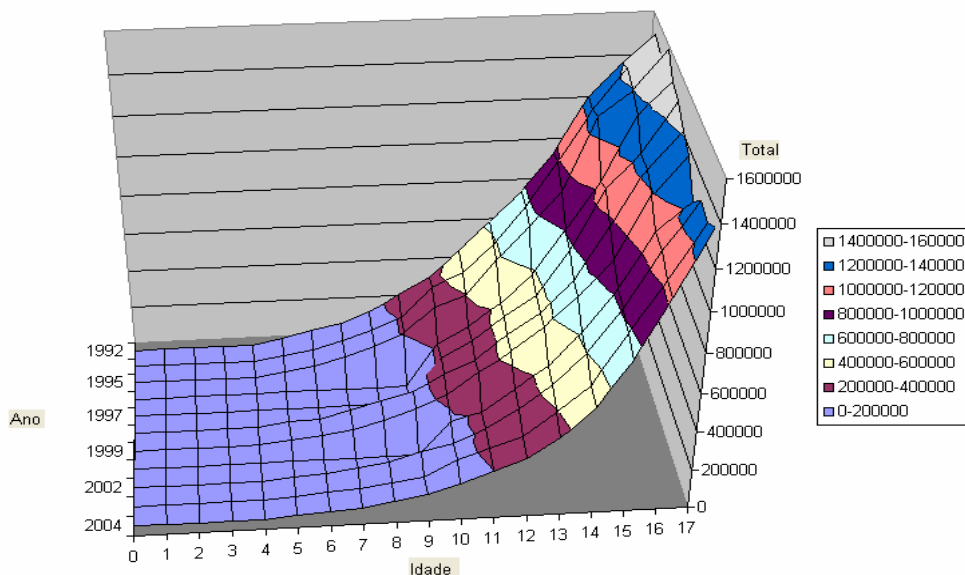
apresentados nesse Suplemento ao Relatório Global, sobre a população infanto-juvenil no Brasil, estão na faixa de 5 a 17 anos de idade. As crianças e adolescentes consideradas trabalhadoras foram aquelas que exerceram alguma atividade econômica na última semana, tenha sido ela remunerada ou não.

O presente documento caracteriza as crianças e adolescentes de 5 a 17 anos que ingressaram no mercado de trabalho no Brasil durante os anos 90. Foram utilizadas as informações contidas na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente aos anos de 1992, 1993, 1995, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003 e 2004<sup>2</sup>. Os dados aqui utilizados fazem parte do estudo inédito elaborado pela Dra. Mariza Masumi Beppu e Dr. Marcos Augusto Francisco Borges para o Escritório da Organização Internacional do Trabalho – OIT no Brasil: “*Projeção e estimativas de erradicação do trabalho infantil, com base nos dados 1992-2004*”.

## 2. COMPORTAMENTO DO TRABALHO INFANTIL ENTRE 1992 E 2004

### *A evolução do impacto da política de prevenção e eliminação do trabalho infantil no Brasil*

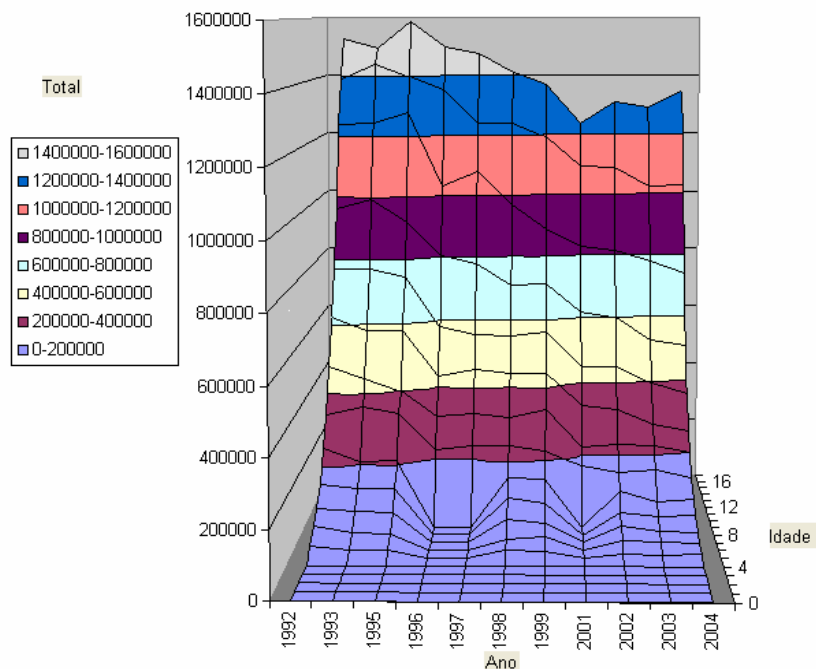
As figuras 1,2 e 3 abaixo, mostram o gráfico em três dimensões (3D) onde se pode observar o número absoluto de trabalhadores segundo a idade e o ano de pesquisa da PNAD. Esse tipo de gráfico permite a análise de duas variáveis (ano da PNAD e idade das pessoas) na variável de resposta (número de trabalhadores).



**Figura 1:** Análise de tendência, para o número de trabalhadores na semana de referência, por idade (de 0 a 17 anos) e por ano (1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003 e 2004). (dados de 2004 excluem números da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA- anexo C).

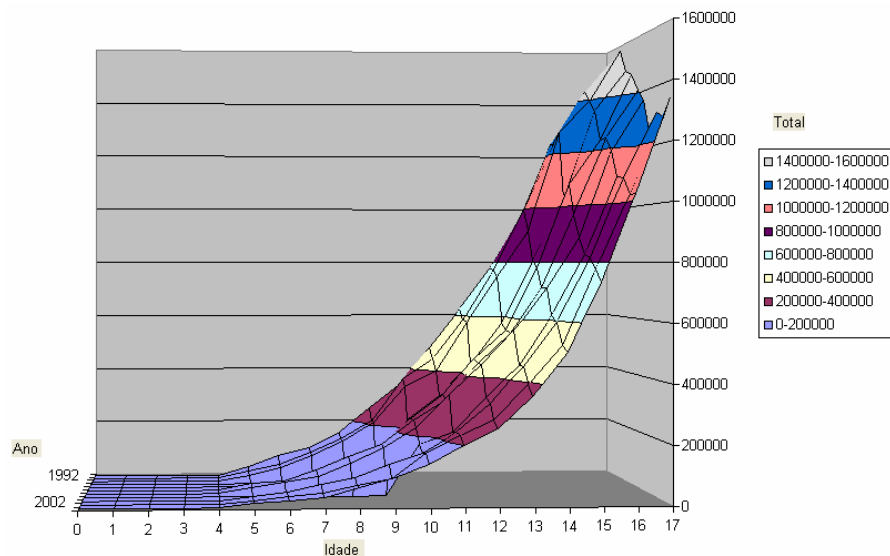
<sup>2</sup> A partir do ano de 2004, a PNAD inclui os dados da zona rural dos estados da região norte. Por essa razão, a partir deste ano a cobertura estatística da pesquisa aumentou, o que não significa, porém, que a incidência do trabalho infantil tenha aumentado. Portanto, para efeitos de análise deste Suplemento, excluem-se os dados da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA.

A visualização do gráfico pela lateral, derivado da rotação (figura 2), mostra que **o número de trabalhadores em todas as faixas de idade (linhas pretas contínuas) tem caído com o passar dos anos.**



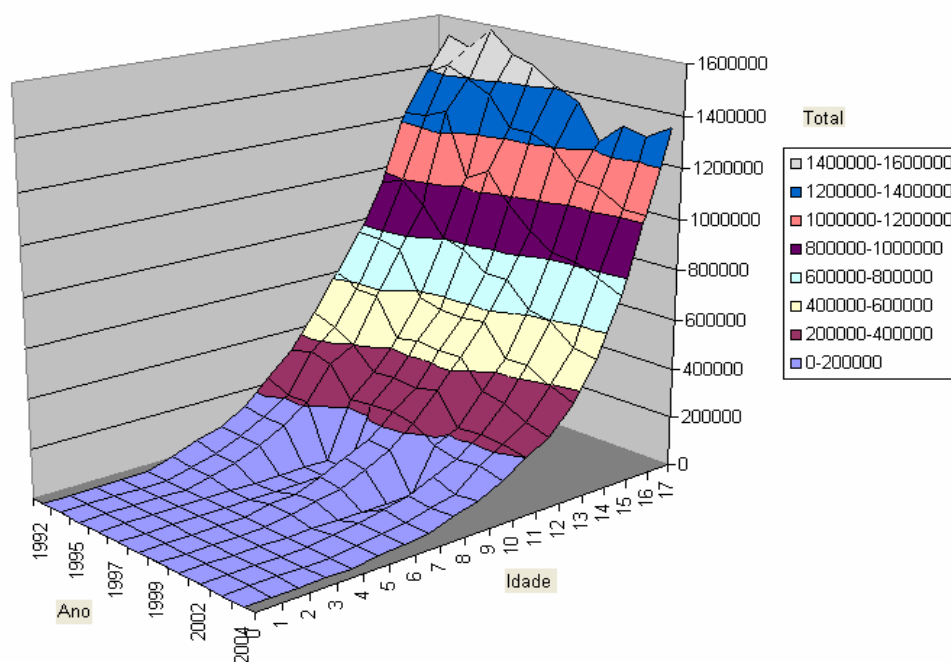
**Figura 2:** Vista lateral da Figura 1 (ênfase por ano) (dados de 2004 excluem números da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA).

A figura 3 representa o incremento do número absoluto de trabalhadores com a idade, a cada ano da PNAD. Nota-se que há uma tendência perceptível de queda do incremento de trabalhadores infantis para todas as idades, exceto para a faixa dos 17 anos, onde há uma tendência de subida desde 2001.

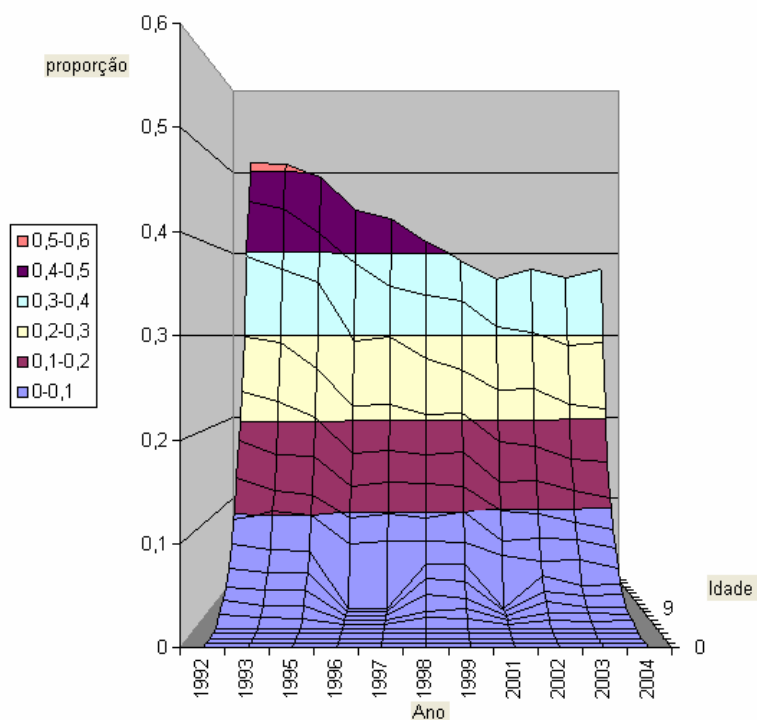


**Figura 3:** Nova vista lateral da figura 1 (ênfase por idade) (dados de 2004 excluem números da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA).

As figuras 4 e 5 apresentam tendências similares à aquelas apresentadas nas figuras 1, 2 e 3. **O que permite a fundamenta a análise que no caso Brasileiro tanto em números absolutos como em termos proporcionais houve uma redução significativa do trabalho infantil.**



**Figura 4:** Análise de tendência, para a proporção (trabalham/total da idade) de trabalhadores na semana de referência, por idade (de 0 a 17 anos) e por ano (1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003 e 2004). (dados de 2004 excluem números da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA ).

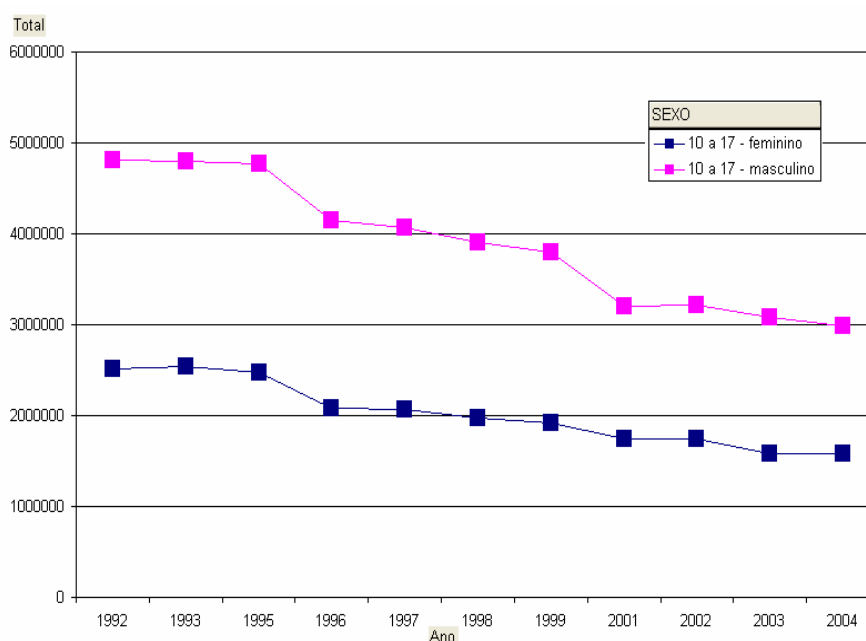


**Figura 5:** Vista lateral da figura 4 (enfoque por ano) (dados de 2004 excluem números da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA).

A figura 5, evidencia o decréscimo de crianças trabalhando ao longo dos anos, em maior escala nas faixas de idade superiores (15 a 17 anos). Mostra também uma expansão no número de crianças trabalhando na faixa 10 a 14 anos. Essa vista lateral do gráfico indica que as grandes quedas do índice de trabalho infantil devem-se em maior parte, à queda dos números absolutos de trabalho nas crianças de mais idade do que nas crianças de idade menor (de 10 a 14 anos). O decréscimo da taxa para crianças entre 10 e 14 anos é muito menor. Para efeitos de comparação numa base equalizada, foram excluídos dos dados de 2004, os números da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA.

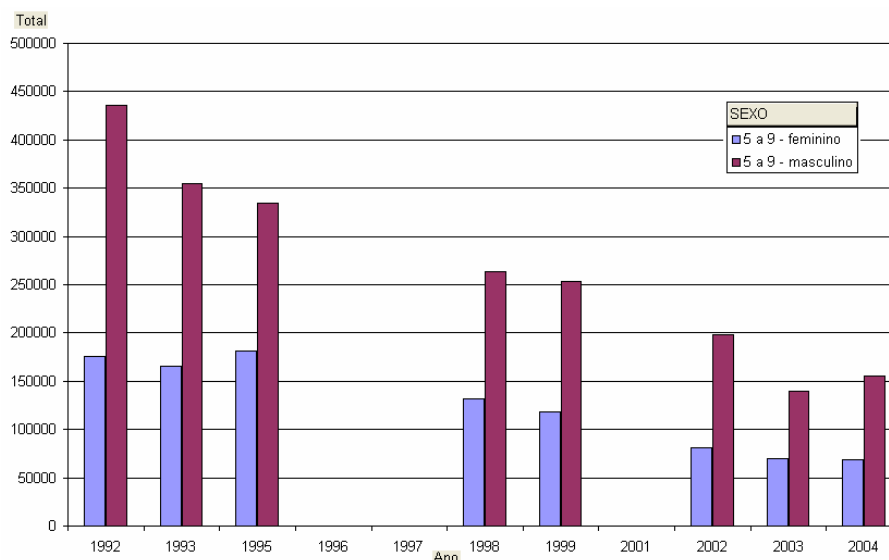
### 2.1 A diminuição do trabalho infantil por sexo

A figura 6 mostra a queda da quantidade (números absolutos) de crianças trabalhadoras por sexo na faixa de 10 a 17 anos. Historicamente a incidência do trabalho infantil entre as crianças do sexo masculino sempre foi maior do que entre as crianças do sexo feminino. Esse perfil se repete para as crianças entre 5 e 9 anos (figura 8).



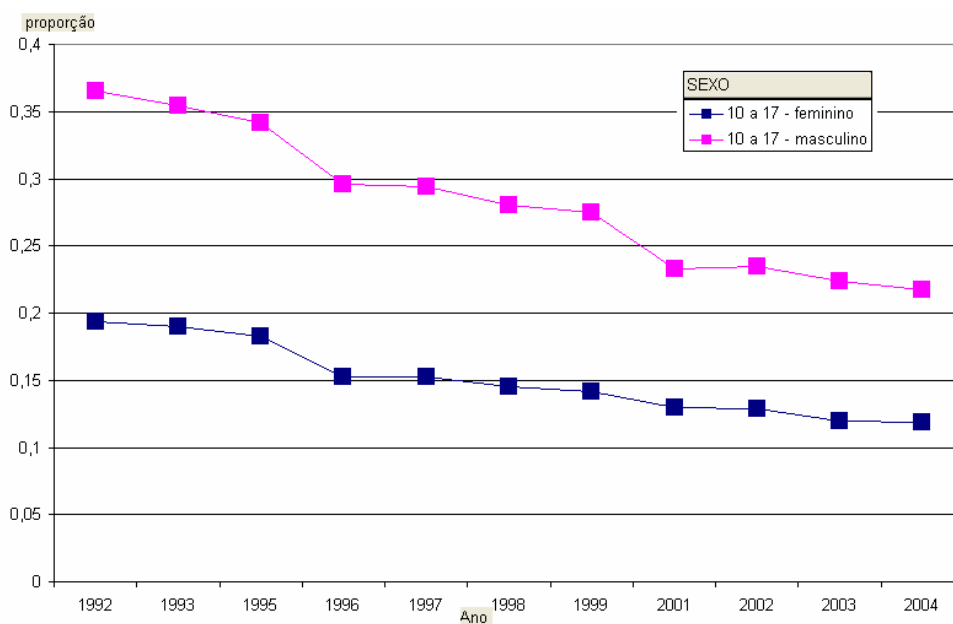
**Figura 6:** Quantidade de trabalhadores entre 10-17 anos, por sexo, ao longo dos anos (dados de 2004 excluem números da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA).





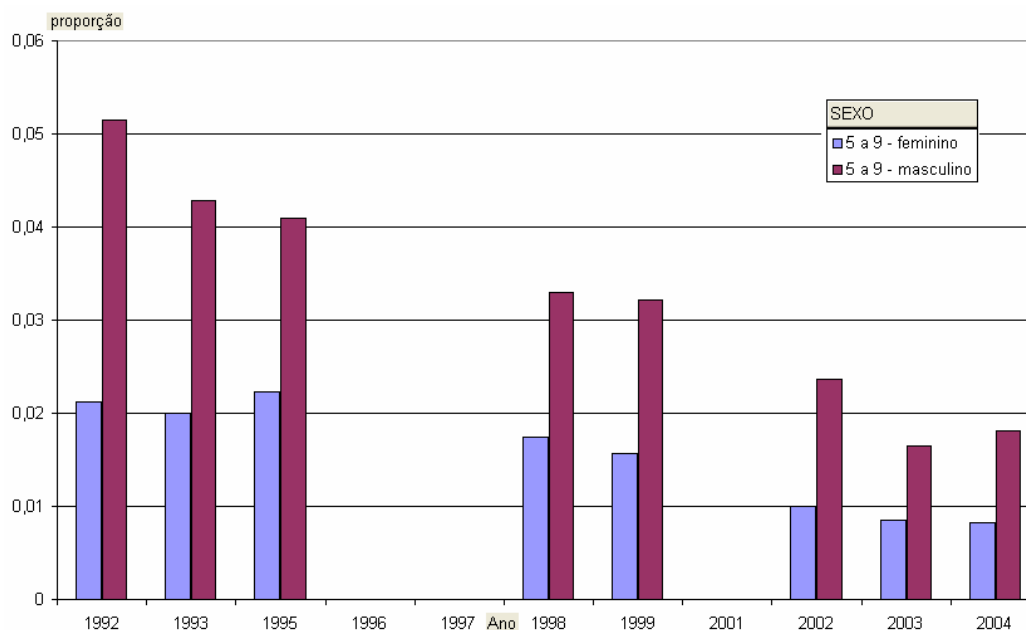
**Figura 7:** Quantidade de trabalhadores entre 5-9 anos, por sexo, ao longo dos anos (dados de 2004 excluem números da zona rural dos estados de AC, AM, AP,RO, RR e PA).

Quando esses números das figuras 6 e 7 são observados à luz das proporções (figuras 8 e 9), observa-se um fato interessante: embora haja uma tendência de queda do índice de trabalho infantil nos dois sexos, **a queda entre as meninas entre 10 e 17 anos mostra-se mais lenta do que entre os meninos da mesma faixa de idade.**



**Figura 8:** Proporção (trabalhadores por sexo/total do sexo) de trabalhadores entre 10-17 anos, por sexo (dados de 2004 excluem números da zona rural dos estados de AC, AM, AP,RO, RR e PA).

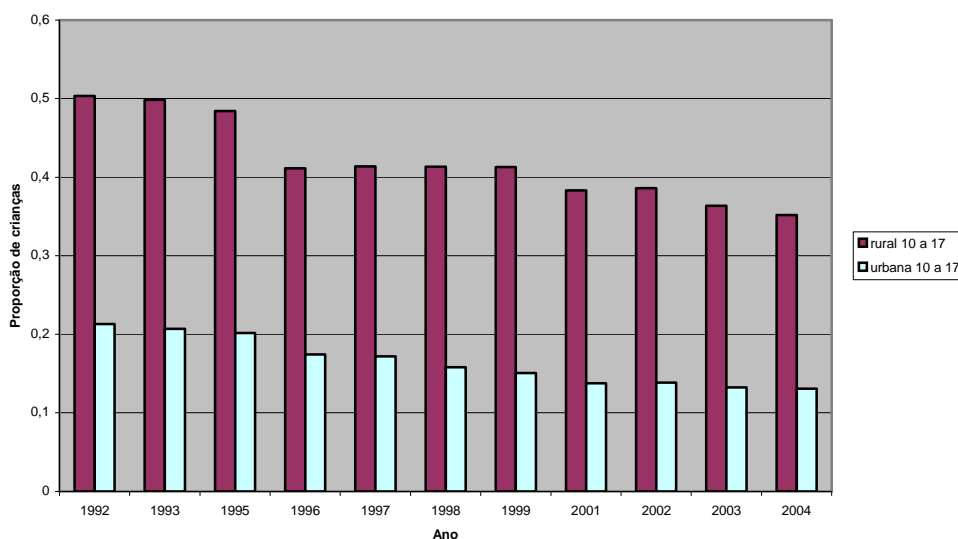
No caso da faixa de idade entre 5 e 9 anos, quedas mais fortes para o sexo masculino vinham sendo evidenciadas até 2003. Em 2004, entretanto, a proporção de crianças do sexo masculino entre 5 e 9 anos que trabalhava aumentou.



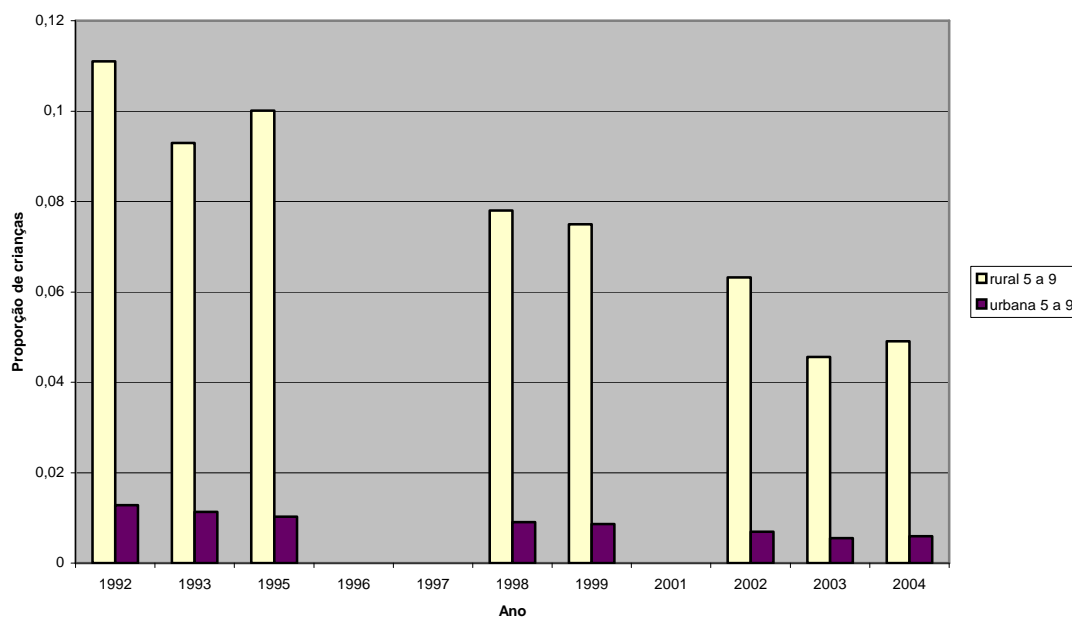
**Figura 9:** Proporção (trabalhadores por sexo/total do sexo) de trabalhadores entre 5-9 anos, por sexo (dados de 2004 excluem números da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA).

## 2.2 A diminuição do trabalho infantil de acordo com a situação censitária

A **estratificação por situação censitária mostra resultados também de queda**, quando se comparam tanto as crianças da zona rural quanto as da zona urbana, se nota uma maior queda entre as crianças da zona rural mantendo-se a tendência histórica de maior proporção de trabalhadores infantis nas zonas rurais com relação à zona urbana. Os números se refletem projeções de proporções (figuras 10 e 11).



**Figura 10:** Proporção (trabalhadores por situação censitária/total da situação censitária) de trabalhadores entre 10-17 anos, por situação censitária (dados de 2004 excluem números da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA).

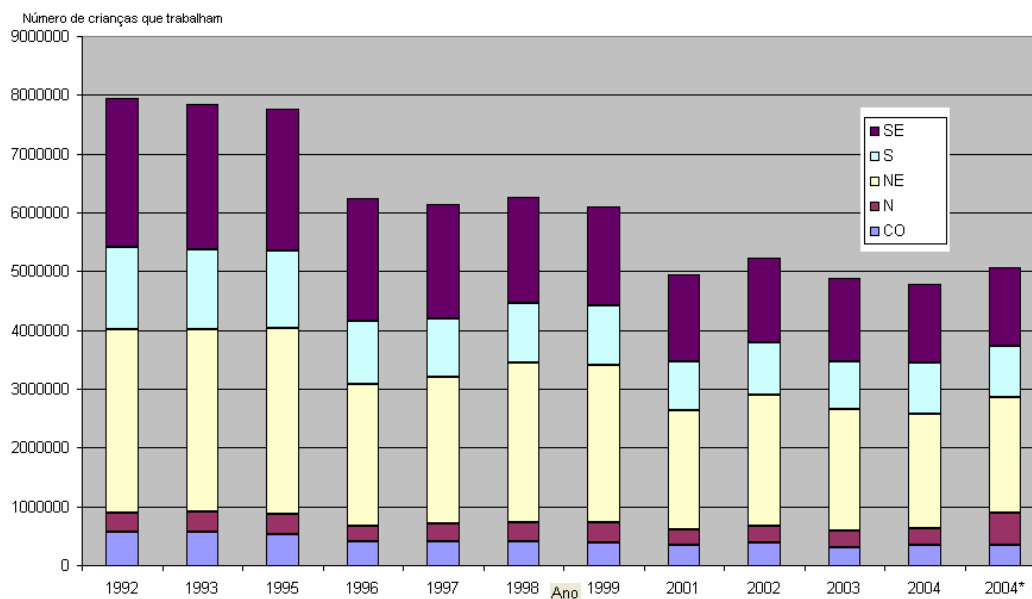


**Figura 11:** Proporção (trabalhadores por situação censitária/total da situação censitária) de trabalhadores entre 5-9 anos, por situação censitária (dados de 2004 excluem números da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA).

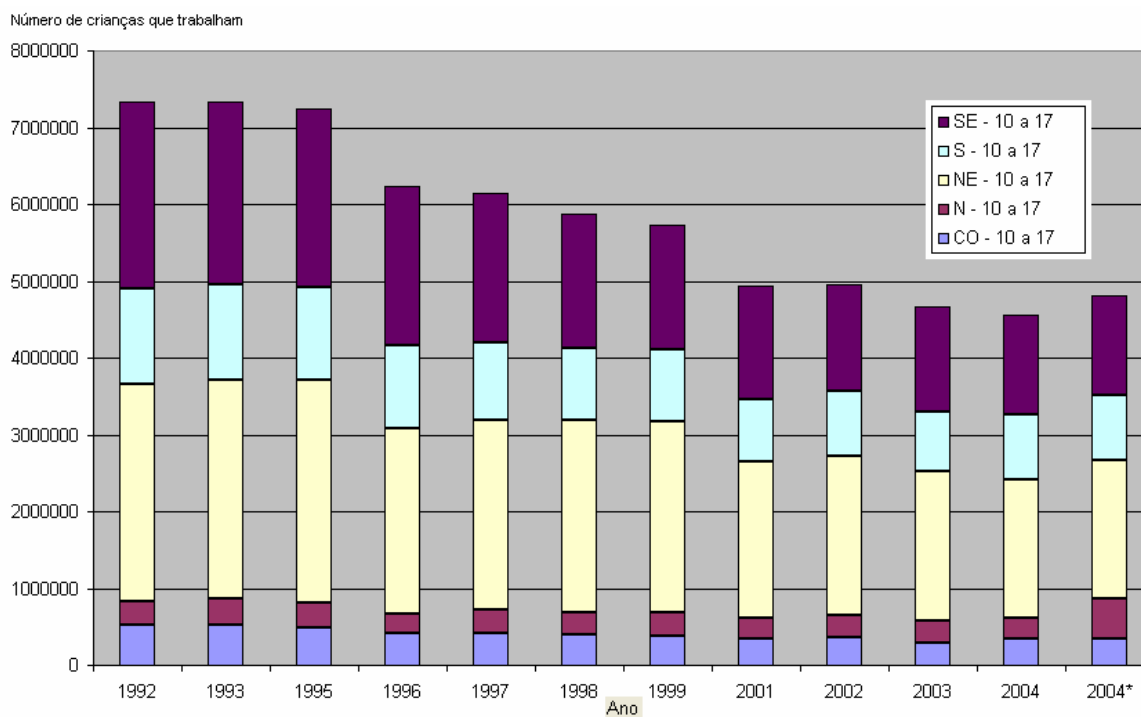
### 2.2.1 A diminuição por região do país

Quando se avalia a queda nos números referentes ao trabalho infantil, sempre se depara com a pergunta sobre quais são as regiões onde o esforço futuro deve ser mais concentrado e quais as regiões que têm obtido mais êxitos no combate ao trabalho infantil. Por este motivo, uma análise de tendência por regiões do país torna-se necessária.

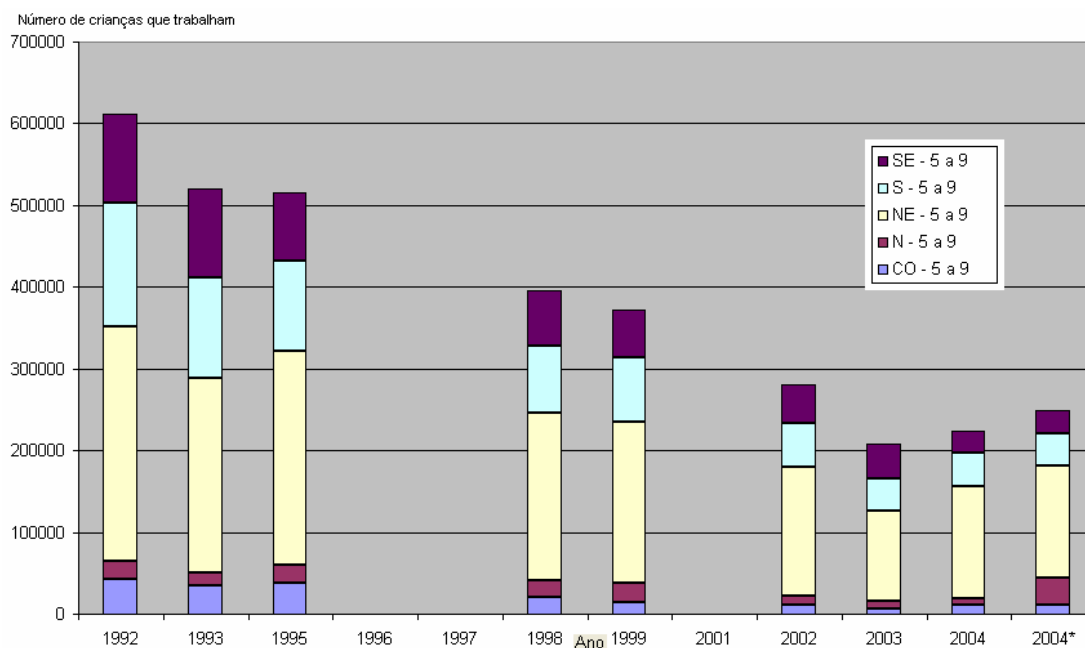
As figuras de 12 a 14 mostram a quantidade total de trabalhadores infantis por região. Nessas figuras, o indicado como ano 2004\* representa os dados contendo a zona rural dos seis estados da região norte, enquanto o ano 2004 inclui dados da base equalizada. 2004 possibilita uma melhor noção de tendência, enquanto que 2004\* mostra números mais reais. Como a figura 16 não soma o número de crianças de 5 a 9 anos para os anos de 1996, 1997 e 2001, as figuras 17 e 18 são estatisticamente mais representativas. **Em números absolutos, as regiões nordeste e sudeste são as que mais apresentam trabalhadores infantis.**



**Figura 12:** Quantidade de trabalhadores na semana de referência, de 5-17 anos por região. A **coluna 2004\*** inclui números da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA.



**Figura 13:** Quantidade de trabalhadores na semana de referência, de 10-17 anos por região. A **coluna 2004\*** inclui números da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA.



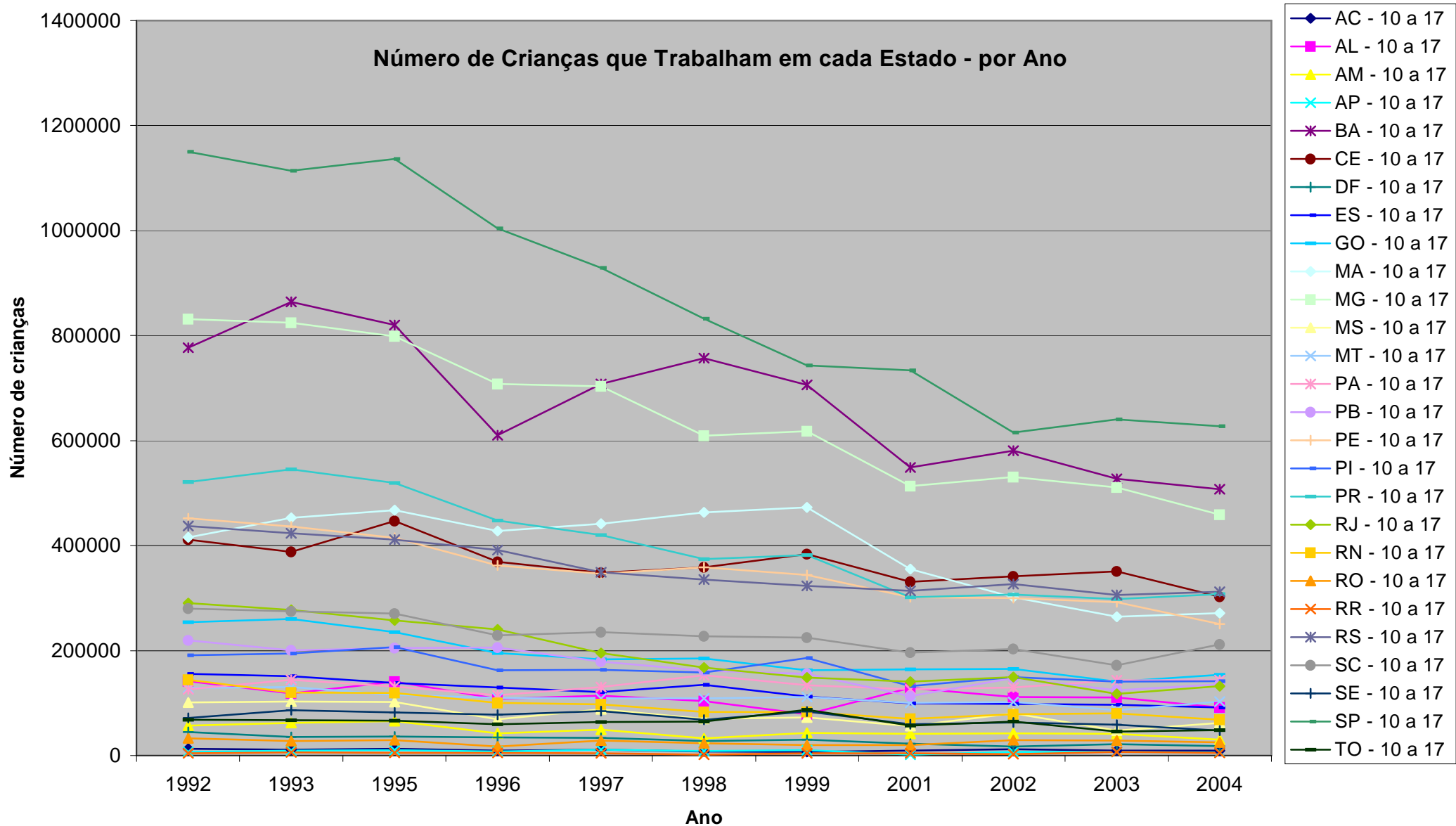
**Figura 14:** Quantidade de trabalhadores na semana de referência, de 5-9 anos por região. **A coluna 2004\*** inclui números da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA.

### 2.2.2 A diminuição por estado

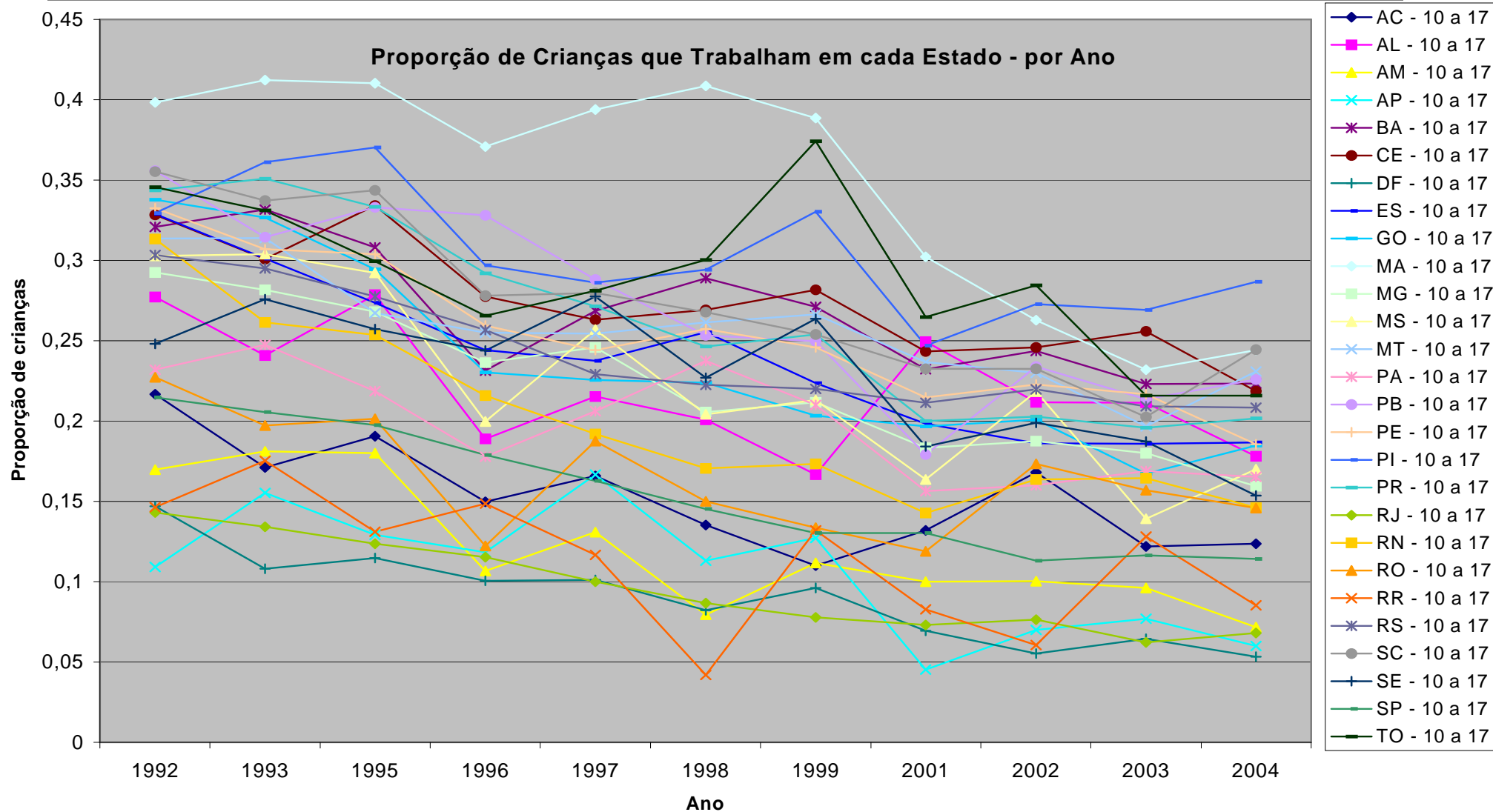
As figuras 15 e 16 apresentam o número de trabalhadores infantis por estado e a proporção desses números em relação ao número de crianças, respectivamente. Ao final do presente Suplemento, apresenta-se um anexo com os mesmos números, estado por estado.

Avaliando-se os gráficos por estado, nota-se que na maior parte dos estados a tendência de queda de proporção de trabalho infantil se tem apresentado instável e não uma queda contínua e monotônica, havendo períodos onde a tendência de queda é até mesmo revertida.

Em alguns estados, há uma estabilidade na proporção de crianças trabalhando a partir do PNAD de 2001, incluindo estados com expressivo desenvolvimento econômico como São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. Em outros estados, como Acre e Roraima não é possível identificar uma tendência nos valores observados. **Assim, quando se faz uma análise mais detalhada por estado, a tendência de queda observada por regiões ou mesmo no país todo, não se reproduz nos estados de forma homogênea.** Isto exige uma reflexão focada e localizada nas particularidades de cada estado, para que as ações voltadas à eliminação do trabalho infantil possam progredir.



**Figura 15:** Quantidade de trabalhadores na semana de referência, de 10-17 anos por estado. O dado de 2004 exclui números da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA



**Figura 16:** Proporção de trabalhadores (trabalhadores/total da população de 10-17 anos) na semana de referência, de 10-17 anos por estado. O dado de 2004 exclui números da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA.

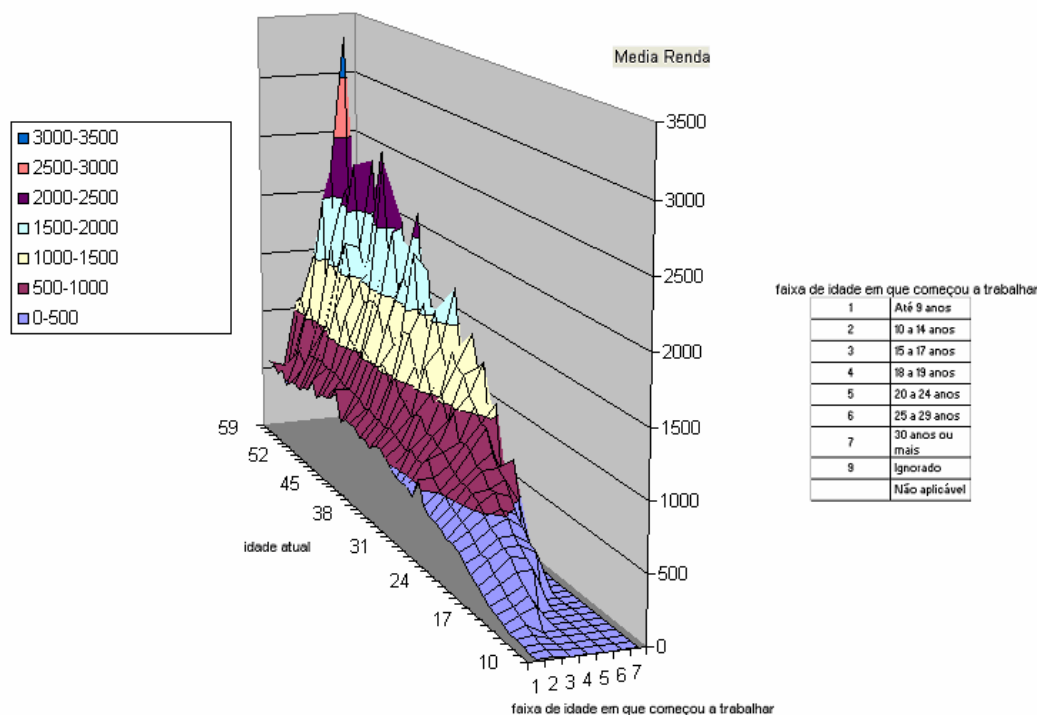
## 2.3 Algumas conseqüências do trabalho infantil no Brasil

### *Relação entre renda e época que começou a trabalhar*

Esse capítulo do Suplemento ao Relatório Global faz a análise do impacto do trabalho infantil passado, nos rendimentos de uma pessoa em relação à faixa de idade em que ela começou a trabalhar.

Nas figuras 17 a 21 são apresentados gráficos que exploram as diversas visões de inter-relação das informações.

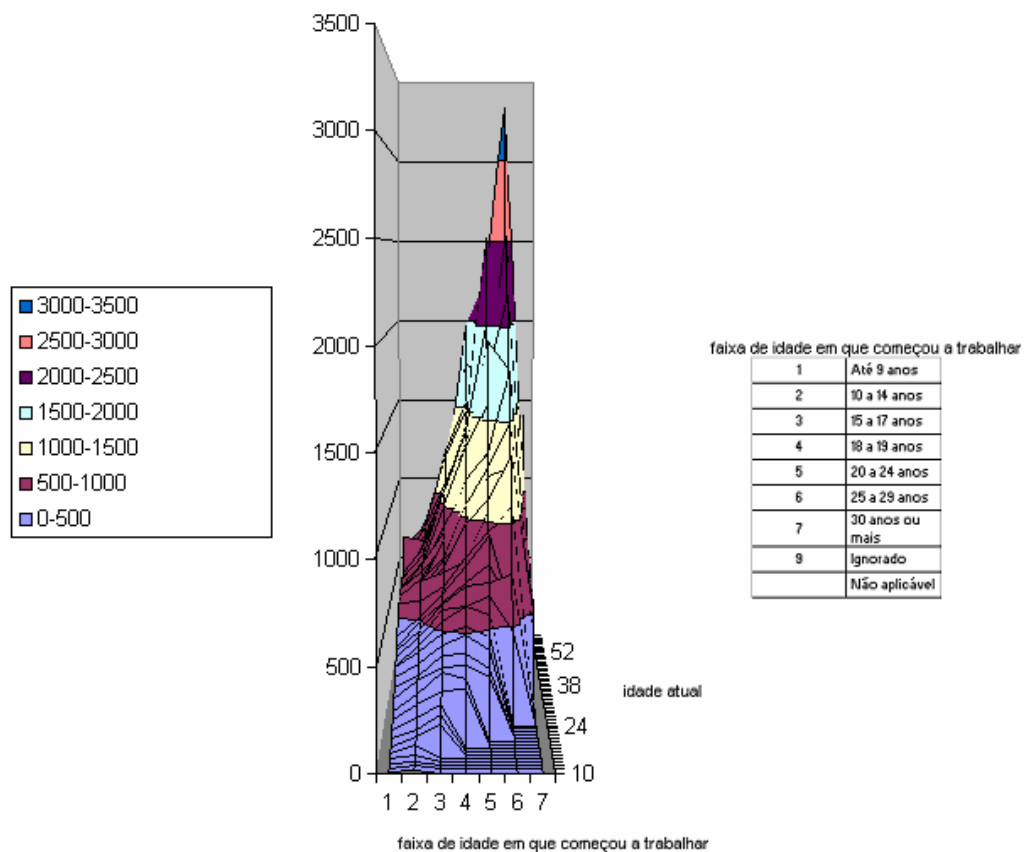
A figura 17 mostra a relação entre a média de renda da faixa de idade de entrevistados está relacionada com a idade das pessoas entrevistadas na PNAD de 2004 e com a idade com que essas pessoas começaram a trabalhar. Para facilitar a visualização, a idade das pessoas entrevistadas foi limitada até os 59 anos.



**Figura 17:** Média de renda dos trabalhadores, por idade atual (em 2004) e por faixa de idade em que começou a trabalhar. Inclui números da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA.

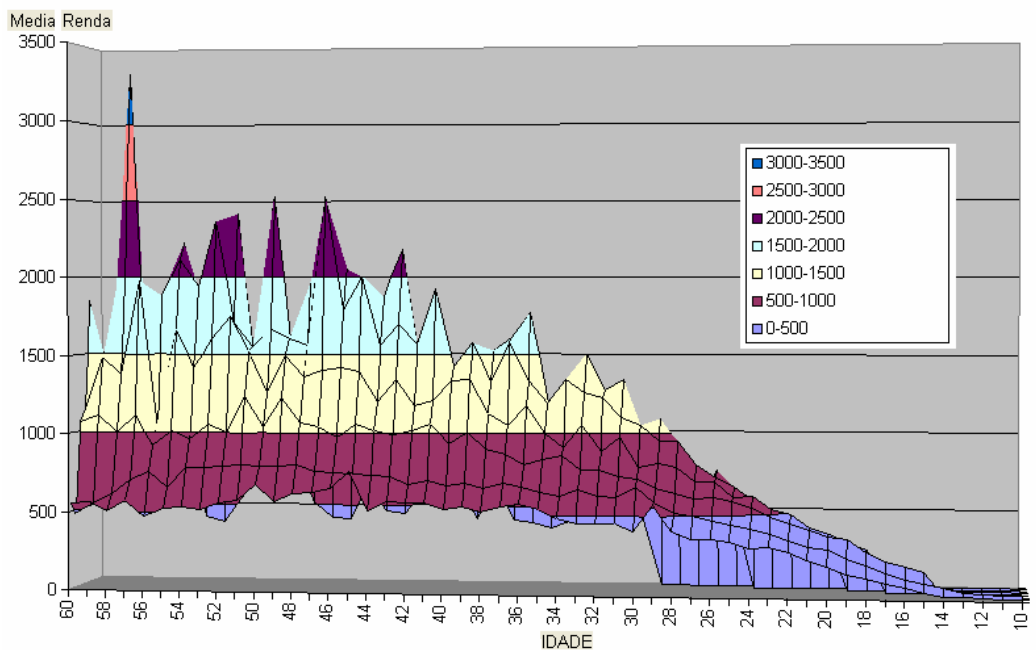
A figura 18 mostra a vista lateral em que se salienta a faixa de idade em que estas pessoas começaram a trabalhar. Ela apresenta uma realidade eloqüente: pode-se perceber que os grupos 1, 2 e 3, ou seja, **as pessoas que começaram a trabalhar quando crianças (até 17 anos de idade), não apresentam médias de renda superiores a R\$1.500,00** mesmo na faixa de idade de 59 anos.



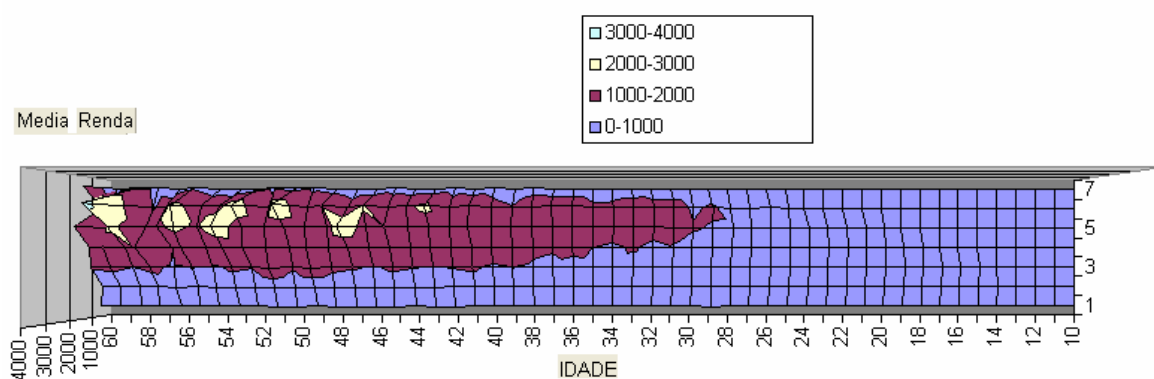


**Figura 18:** Vista lateral da figura 18(foco na faixa de idade em que começou a trabalhar). Inclui números da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA.

Segundo a figura 19, a tendência é que a a renda média aumente com a idade, sobretudo para as pessoas que começaram a trabalhar a partir dos 18 anos de idade. Entretanto, **para os que começaram a trabalhar ainda crianças, a perspectiva de médias salariais é cada vez menor. Ou seja, quanto menor a idade em que se começa a trabalhar, menor é o rendimento médio desse grupo de pessoas durante toda sua vida.**



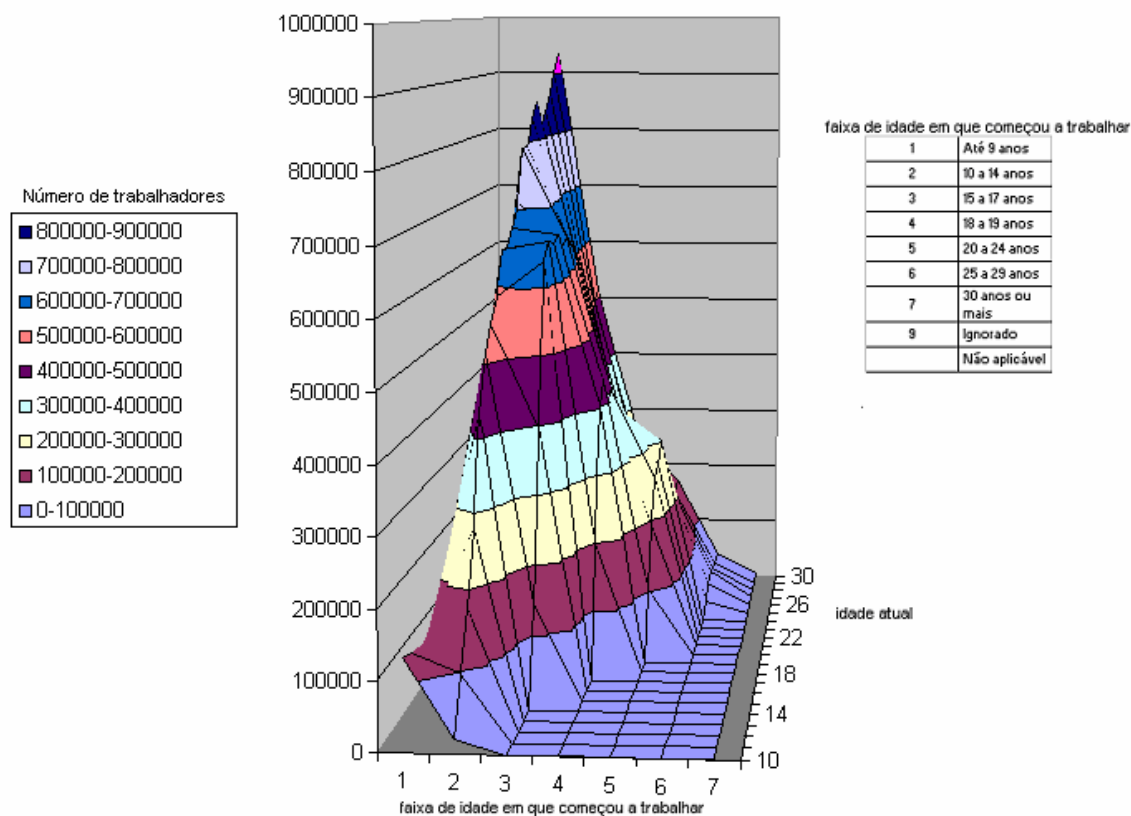
**Figura 19:** Nova vista lateral da figura 18 (foco na idade atual, em 2004). Inclui números da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA.



**Figura 20:** Vista superior, com curvas de nível, da figura 18. Inclui números da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA.

A figura 20 confirma, através das suas curvas de nível, que **as médias salariais maiores concentram-se nas mãos daqueles que iniciaram seu trabalho numa faixa de idade mais madura**. Este fato deve estar relacionado ao nível diferenciado de escolaridade e de preparo para o trabalho que este grupo de pessoas possui. As pessoas que entram no mercado de trabalho mais tardiamente recebem, em média, maiores rendimentos porque são oriundas de domicílios com maior renda familiar, ou porque podem se qualificar melhor para o mercado de trabalho e, logo, obter os maiores níveis

de remuneração. Seja qual for a resposta no caso brasileiro, ainda permanece o ciclo vicioso ou virtuoso de acordo ao caso.



**Figura 21:** Número de pessoas que começaram a trabalhar em determinada faixa de idade, pela idade atual (em 2004). Inclui números da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA.

Através da figura 21, pode-se verificar a evolução do número de trabalhadores em função da idade de início de trabalho e da idade que as pessoas tinham em 2004. Os cortes do gráfico a partir da idade atual de 18 anos ilustram a evolução do início da idade de trabalho das pessoas e, logo, indícios sobre o trabalho infantil. Nota-se um decréscimo real na altura da superfície de resposta nas faixas 1, 2 e 3 (que caracterizam o trabalho infantil), a partir da idade de 18 anos. **O aumento do pico, conforme a senioridade das pessoas, mostra que o problema do trabalho infantil era pior no passado, fato este identificado na seção 5, mas mais uma vez evidenciado.**

## 2.4 Possíveis alternativas para enfrentar o trabalho infantil

### *A análise da relação entre trabalho infantil e renda domiciliar: salário justo*

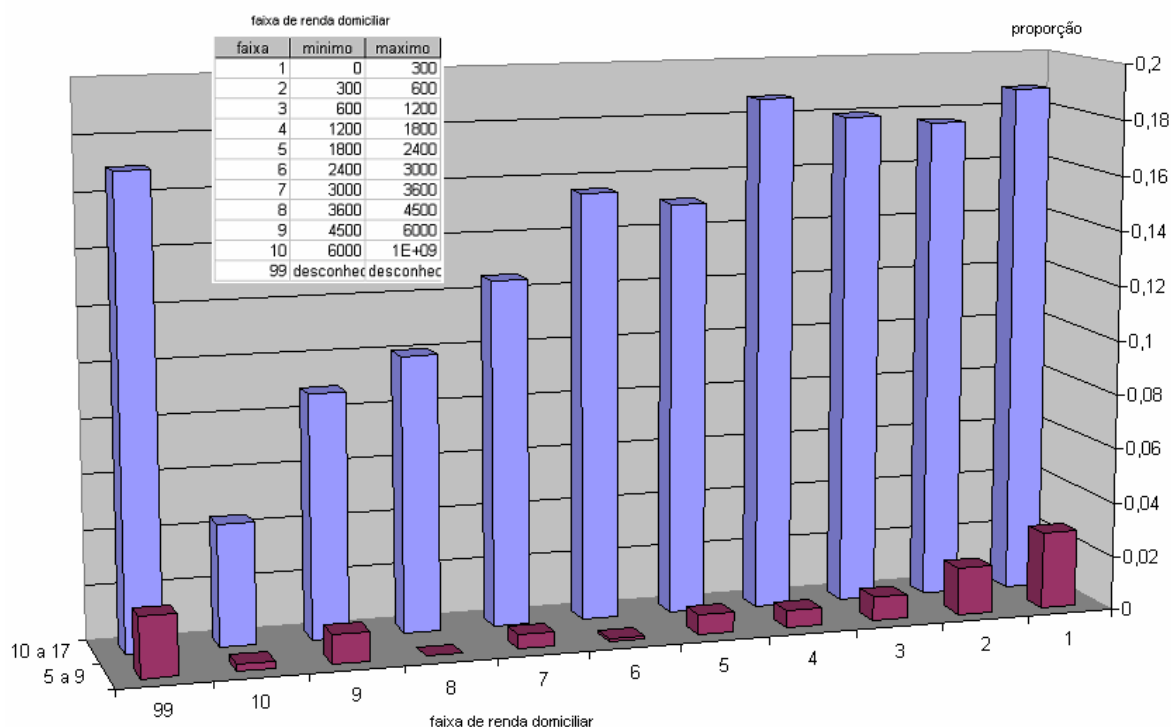
A figura 22 apresenta a proporção de crianças que trabalham de acordo com a renda domiciliar. Uma análise dessa figura mostra que até uma faixa de renda domiciliar de R\$ 1.800,00, o aumento dessa renda não diminui a proporção de

crianças entre 10 e 17 anos trabalhando. Um total de 81% dos domicílios possui uma renda até essa faixa.

Para rendas domiciliares acima de R\$ 1.800,00 a proporção de crianças entre 10 e 17 anos trabalhando diminui proporcionalmente ao aumento da renda de forma bastante significativa, mas o conjunto de domicílios nessa situação é menor que 20% do total. **Com relação às crianças entre 5 e 9 anos, a proporção de crianças que trabalham diminui com o aumento da renda, para qualquer faixa de renda domiciliar.**

Os dados de renda domiciliar apresentados mostram assim, uma estreita relação entre renda domiciliar média e a proporção de crianças que trabalham. Em suma, a figura 22 indica, que para as crianças de 5 a 9 anos, o aumento de um salário na família, reduz significativamente a proporção de crianças que trabalham, mas na população de crianças de 10 a 17 anos, o aumento da renda familiar é inócua à redução da proporção dos que trabalham nesta faixa de idade, até R\$1800,00.

Dessa forma, provavelmente **o impacto dos programas de transferência de renda na redução de trabalho infantil é muito significativo na faixa de 5 a 9 anos**, sem atingir plenamente seus objetivos na faixa entre 10 e 17 anos.

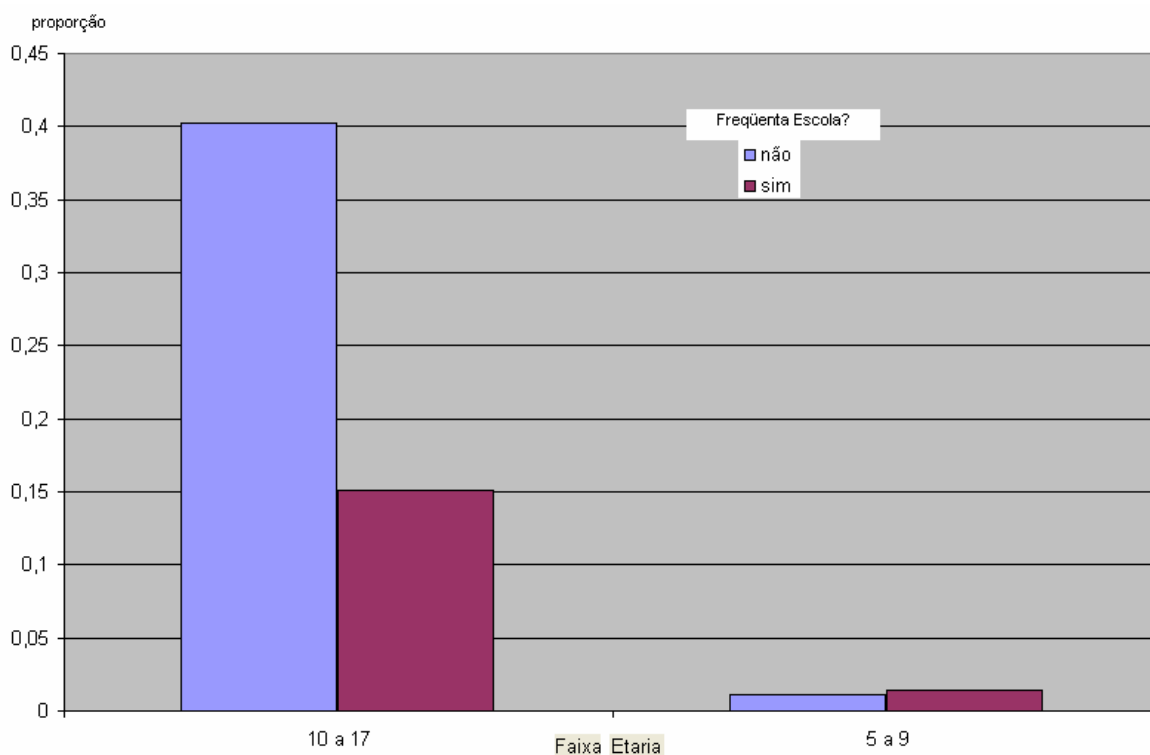


**Figura 22:** Proporção de número de crianças que trabalharam na semana de referência (número de crianças que trabalham sobre número de crianças total da classe específica) de acordo com a faixa de renda média da família. Inclui números da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA.

## 2.5 O impacto da escola na eliminação do trabalho infantil

É bastante significativa a correlação entre o trabalho infantil e a frequência escolar. A proporção de crianças que não estudam e que trabalham é mais do que o dobro quando se compara com aquelas que estudam (figura 23).

De fato, uma verdade é que as crianças que freqüentam a escola também trabalham menos. Entretanto, a discussão presente é se esses dois fatores possuem uma relação causa-efeito ou se, na verdade, os dois são efeitos de outros fatores, tal como a renda familiar. No entanto, pode-se afirmar que **políticas sociais que visem à manutenção das crianças na escola e seu sucesso escolar, conjugado com melhoria dos rendimentos familiares têm um alto impacto na redução do trabalho infantil.**

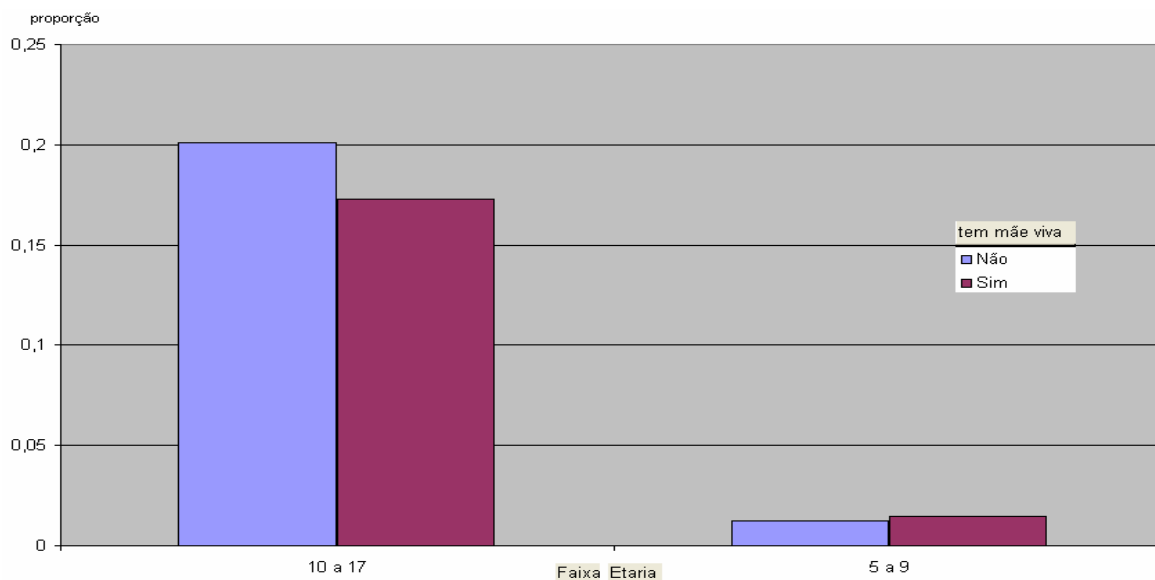


**Figura 23:** Proporção de número de crianças de 5-17 anos que trabalharam na semana de referência (número de crianças que trabalham sobre número total de crianças da classe específica), dividindo-se as crianças que freqüentam e não freqüentam a escola. Inclui números da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA

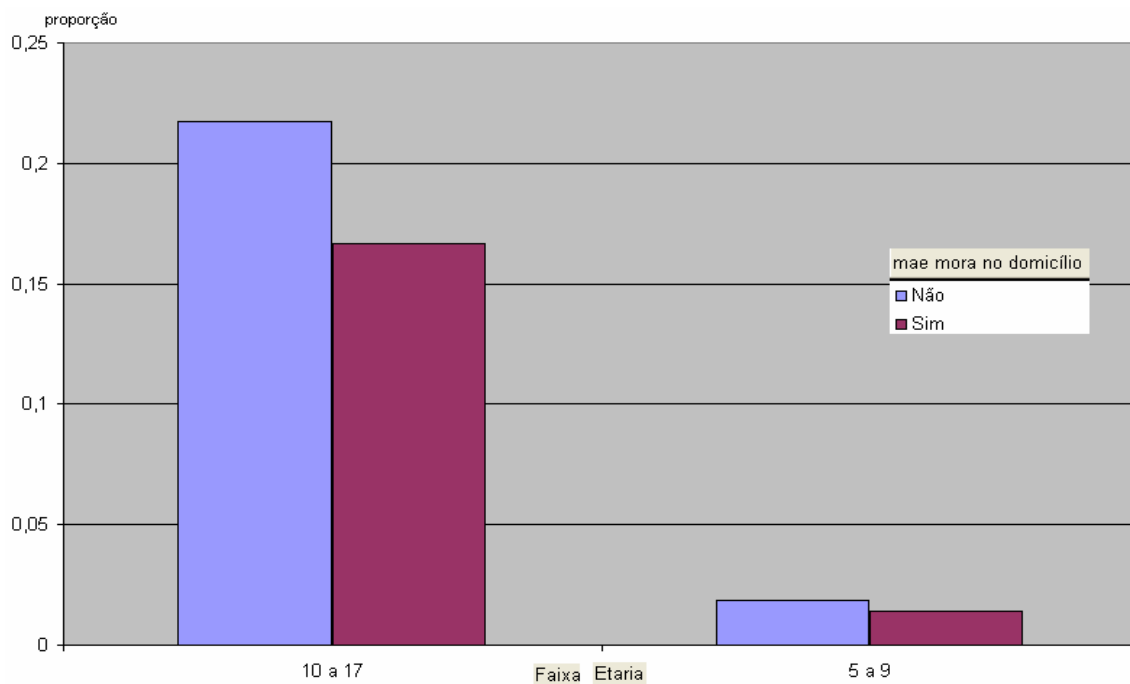
## 2.6 A presença materna no lar e o trabalho infantil

É bastante significativa a correlação entre o trabalho infantil e a existência de mãe viva e que more no domicílio, conforme as figuras 24 e 25. **As políticas públicas associadas à estruturação das famílias que consigam manter as mães junto à seus**

**filhos, tais como creches e pré-escola, podem vir a apresentar impacto positivo com relação ao trabalho infantil.** Também se pode estudar alguma forma de acompanhamento mais próximo das crianças que venham a perder a mãe, pois a tendência é que essas venham a trabalhar com maior frequência.



**Figura 24:** Proporção de número de crianças de 5-9 anos e 10-17 anos que trabalharam na semana de 5referência (número de crianças que trabalham sobre número de crianças total da classe específica) de acordo com o fato de ter a mãe viva. . Inclui números da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA



**Figura 25:** Proporção de número de crianças de 5-9 anos e 10-17 anos que trabalharam na semana de referência (número de crianças que trabalham sobre número de crianças total da classe específica) de

acordo com o fato de ter a mãe morando no mesmo domicílio. . Inclui números da zona rural dos estados de AC, AM, AP, RO, RR e PA

### ***3. ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DA OIT PARA A ELIMINAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL***

As atividades do IPEC tiveram lugar durante o mesmo período em que outras atividades importantes relacionadas à erradicação do trabalho infantil no Brasil ocorreram. O objetivo das atividades da OIT-IPEC é contribuir à implementação efetiva das Convenções Nº138 e Nº182 de OIT. Entre as atividades de maior abrangência e impacto, tal como determina o artigo 6º da C 182 sobre as piores formas de trabalho infantil está a implementação de programas de ação:

**“Todo estado-membro elaborará e implementará programas de ação para eliminar, como prioridade, as piores formas de trabalho infantil”**

Desde 1992, as atividades incluíram a implementação de mais de 100 Programas e Mini-Programas de Ação, que fornecem apoio direto à organizações para a realização de: (1) ação direta com crianças e famílias, a fim de reduzir o trabalho infantil; (2) geração de conhecimento que colabore na caracterização, na estimativa da dimensão e no monitoramento do comportamento do trabalho infantil; (3) no fortalecimento institucional, por meio de desenvolvimento de capacidades institucionais e interinstitucionais para combater o trabalho infantil, geração de indicadores para formulação, planejamento, gestão e avaliação da política nacional, com foco especial nas áreas do trabalho, educação, promoção social, direitos humanos, saúde e responsabilidade social; (4) fortalecimento legislativo, que contribua para o processo de debates de proposições legislativas e definição do marco legal de proteção da criança e do adolescente explorados no mundo do trabalho; (5) qualificação do debate e das estratégias de comunicação e mobilização e do controle social, em torno das ações de combate ao trabalho infantil.

Dos 100 Programas de Ação, 24 se realizaram, ou estão em execução, no período compreendido entre 2002 e 2006 e outros 5 estão em processo de implementação, previstos para terem suas ações iniciadas no primeiro semestre de 2006.

Entre as principais estratégias adotadas pelo IPEC, no Brasil, destacam-se o Programa de Duração Determinada (PDD) e o Programa de Ações Integrado Referenciais (PAIR). Mencionados programas são duas estratégias pilotos para integrar a política em níveis internacional, federal, estadual e municipal e entre setores que compõem o sistema de garantias dos direitos das crianças brasileiro.

De 1992 até a presente data, foram alocados no Brasil, por meio do IPEC US\$ 14.595.837,63, com recursos da Alemanha, Noruega, Reino Unido, Espanha e Estados Unidos.

**O Governo Brasileiro e as instituições nacionais, foram determinantes para o cumprimento da missão conferida pela comunidade internacional ao IPEC. As**

**estratégias bem sucedidas e as conquistas do Brasil, hoje reconhecidos no Relatório Global de 2006, são uma contribuição incalculável à causa global de prevenção e eliminação do trabalho infantil.**

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É evidente a grande mudança de atitudes em relação ao trabalho infantil no país. Não somente os números e a capacidade de atendimentos das instituições o revelam, mas também a própria opinião pública nacional: Em pesquisa inédita em, de março de 2006, encomendada pela OIT e ANDI ao IBOPE, 56% dos entrevistados afirmam que a idade ideal para ser admitido ao trabalho ou ao emprego seria 16 anos ou mais, outros 19% afirmaram ser a idade ideal os 15 anos.

Fazendo o corte de gerações, os mais jovens têm uma mentalidade diferente em relação aos adultos mais velhos, 78% dos jovens entre 16 e 24 afirmam que a idade ideal seria 16 anos ou mais; destes, 30% afirmaram ser 18 anos a idade ideal para iniciar-se no mundo do trabalho. Por outro lado, 38% das pessoas com mais de 50 anos afirmaram ser 16 anos ou mais, a idade ideal.

A mesma pergunta analisada por nível de escolaridade foi respondida de forma diferenciada: 75% das pessoas com nível superior afirmaram ser acima de 16 anos; e somente 39% das pessoas com até a 4ª série do primeiro grau afirmaram ser esta a idade ideal. Essas mesmas diferenças da opinião pública brasileira se repetem nos cortes por região do país, ou por renda.

Esta pesquisa permite verificar que o comportamento da opinião pública sobre os padrões culturais de tolerância à exploração de crianças e adolescentes está mudando significativamente. E nesta conquista, o papel da imprensa nacional tem sido determinante na mobilização da opinião pública, na qualificação do debate e na proposição de alternativas. Da tolerância e cumplicidade presentes no passado, a sociedade brasileira em sua grande maioria, em especial os próprios jovens, em 2006, querem suas crianças longe da exploração do trabalho infantil, em especial das suas piores formas.

Este Suplemento ao Relatório Global da OIT - 2006, faz uma análise das tendências estatísticas de diminuição do trabalho infantil no Brasil. Com base nessa análise, pode-se dizer que o trabalho infantil seguirá sua tendência de diminuição nos próximos anos, caso se mantenham e se incrementem as ações e políticas públicas nas áreas de direitos humanos, educação, promoção social, redução da pobreza, trabalho e emprego, e das políticas afirmativas relacionadas aos temas de gênero, raça, etnia, entre outras.

**Definitivamente a prevenção e eliminação do trabalho infantil estão transversalizadas na agenda política do país, não somente na agenda do Executivo Federal, mas também dos demais constituintes da OIT: empregadores e trabalhadores.**

Vale ressaltar, além do papel do Ministério Público do Trabalho, que nos processos e acordos entre empregadores e entidades do Estado e contribuiu fortemente para a criação de uma conscientização com relação ao trabalho infantil e para a proteção



dos direitos da criança e do adolescente; o Tribunal de Contas da União (TCU), de forma emblemática nesse período, vem gerando densa avaliação de impacto e de natureza operacional de vários programas de Governo. No contexto do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, o TCU desenvolveu indicadores de desempenho nas áreas de eficiência x qualidade; eficiência x tempo; eficiência x quantidade; eficácia x qualidade; efetividade x quantidade; efetividade x qualidade e equidade x custo<sup>3</sup>.

No entanto, ainda no contexto dos dados, ao se diferenciar por região ou estado, percebe-se, no período de análise, que existem diferenças significativas da exploração do trabalho infantil, dependendo da região do país. Algumas regiões mereceriam maior atenção porque, além de estar comparativamente em situação de desvantagem com relação às outras, apresentam menor tendência de diminuição do trabalho infantil.

O país está demonstrando que ações sociais que consigam diminuir a evasão escolar, universalizar a educação, desenvolver educação integral e de qualidade, que apóiem a manutenção da estrutura familiar, por exemplo, levarão a menores índices de trabalho infantil.

As estratégias brasileiras demonstram, também, que para crianças de 5 a 9 anos, qualquer aumento na renda domiciliar, conjugado com a educação integral ou com ações sócio educacionais complementares, têm forte influência na diminuição do trabalho infantil. Para isso, o fortalecimento do FUNDEB e FUNDEF no contexto da promoção da educação em período integral seria chave para o incremento do ritmo de queda dos números de crianças ocupadas.

Por sua vez, a determinação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de incluir a zona rural dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima e Rondônia, mostra outra face da realidade nos números sobre o trabalho infantil no Brasil, que revelaram que os índices constatados em anos anteriores, poderiam ser ainda maiores. Essa determinação do IBGE, sem dúvida, demonstra o compromisso e a determinação política do Estado brasileiro de conhecer melhor sua realidade, apropriando-se dela para fundamentar suas decisões de políticas públicas, conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil.

Essa maior capacidade do IBGE permite, por exemplo, analisar que, apesar do aumento de renda domiciliar nas faixas de renda mais baixas da população, a estabilização dos números de crianças trabalhando (redução da queda), em vários estados do país, pode-se tonar uma tendência preocupante se as autoridades estaduais e locais não tomarem, oportunamente, as decisões pertinentes.

Por todas essas informações, verifica-se que, embora a redução do trabalho infantil no Brasil na última década foi expressiva, seu número ainda é muito alto e demandará dos atores sociais esforços diferenciados e mais sofisticados não somente para se identificar as formas ocultas e invisíveis de trabalho infantil, mas também

---

<sup>3</sup> . Para essa avaliação, o TCU faz referência, de forma exclusiva, a dois documentos do Sistema das Nações Unidas, o da OIT (Relatório Global: Um futuro sem trabalho infantil – 2002) e o do UNICEF (Análise situacional do PETI – 2004).

---

mecanismos de diminuí-lo mais rapidamente e, para tanto, um sistema de monitoramento das tendências, subsidiário ao que já existe, será fundamental<sup>4</sup>.

Deve-se somar, à quase total universalização de matrículas escolares conquistada, uma intensificação dos esforços para uma escola inclusiva de qualidade e de período integral. Com certeza, unido aos programas já existentes como o PETI e o Bolsa Família, a eliminação do trabalho infantil será um objetivo ao alcance dos cidadãos brasileiros, em especial, das meninas, meninos e adolescentes cidadãos.

O presente Suplemento demonstra que a direção está correta, e fundamenta o destaque das boas práticas do Brasil no Relatório Global. **O documento estimula a continuidade e intensificação dos esforços, pois em termos absolutos e proporcionais, o trabalho infantil ainda tem dimensões preocupantes e há muito a ser realizado pelos três constituintes da OIT: governos, empregadores e trabalhadores, para a completa extinção da exploração de crianças e adolescentes no trabalho, em especial em suas piores formas.**

Brasilia - DF, 4 de maio de 2006

---

<sup>4</sup> Além do IBGE, o Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Social, Secretaria Especial de Direitos Humanos, e mais recentemente o Ministérios da Educação e da Saúde já dispõem de instrumentos de mensuração do trabalho infantil e encaminhamento para a rede de proteção da criança e do adolescente.